

# AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO OBJETO DE PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: TOPOGRAFIA DO CAMPO TEMÁTICO

Débora Alfaia da **Cunha** – UFPA e UnB

Agência Financiadora: CAPES

## **Introdução**

A avaliação institucional do Ensino Superior brasileiro se constitui em tema amplamente discutido na literatura especializada em educação, sobretudo, a partir da década de 80 do século XX, como resultado do esforço compreensivo sobre as políticas de modernização do aparato estatal. (DIAS SOBRINHO, 2003). Paralelo a esses debates, a produção da pós-graduação sobre as políticas avaliativas também apresentou crescimento significativo, se expressando como um dos espaços de acompanhamento e debate teórico sobre o sentido e a forma dos processos avaliativos voltados às Instituições de Ensino Superior (IES).

Todavia, produzir não significa refletir sobre o produzido, o que permite que os esforços investigativos se concentrem em determinadas áreas, em detrimento de outras igualmente importantes, e que se pulverizem impossibilitando o avanço consciente do conhecimento científico. Assim, é de suma importância que a produção científica seja transformada em problema de estudo, permitindo aos pesquisadores apreender o movimento de sua área temática.

Nesse quadro, o objetivo do presente artigo é realizar um balanço, de 1997 a 2007, sobre como o tema da avaliação institucional vem sendo pesquisado nos programas de pós-graduação brasileiros. Assim, o texto versa sobre o campo discursivo em avaliação institucional em nosso país, apreendido a partir dos programas de pós-graduação, permitindo evidenciar os assuntos correntes, o foco avaliativo considerado, as principais metodologias utilizadas e as categorias de análise teóricas que estes estudos indicam. A análise proposta é relevante por desvelar não apenas a forma das pesquisas acadêmicas realizadas, mas também as lacunas e os problemas que os estudos não estão alcançando e que são fundamentais ao avanço da compreensão das políticas e práticas avaliativas nas Instituições de Ensino Superior (IES). Uma metáfora adequada ao texto é a representação topografia, pois sua virtude é dar a conhecer e a reconhecer para os pesquisadores, experientes e neófitos, a forma que assume o espaço analítico sobre avaliação institucional no Brasil.

## 1. Metodologia

A condução da pesquisa objetivou selecionar dissertações e teses que versassem sobre avaliação institucional, em seus diversos ângulos. A seleção dos trabalhos ocorreu por amostragem intencional baseada no critério de visibilidade na área de estudo, o que justificou a seleção de trabalhos presentes nos bancos de dados da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que disponibiliza, via *internet*, os resumos das pesquisas, e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), que disponibiliza, também pela *internet*, a versão completa dos trabalhos defendidos nos principais Programas Brasileiros de Pós-graduação *stricto sensu*.

A pesquisa utilizou como critério inicial de seleção a ocorrência como palavra-chave do termo “avaliação institucional” ou “autoavaliação institucional”, efetivando o levantamento através dos recursos de busca disponíveis nos *sites* das instituições citadas. Para a palavra-chave “avaliação institucional” o *site* da Capes retornou 210 teses ou dissertações e o do Ibict 214 estudos. Para a palavra-chave “autoavaliação institucional” o recurso de busca do banco de dados da Capes indicou 10 teses ou dissertações e o do Ibict 46 pesquisas. De um modo geral os trabalhos obtidos com a palavra-chave “avaliação institucional” já incluíam os obtidos com a palavra-chave “autoavaliação institucional”. Como vários trabalhos que apresentavam estas palavras-chave não se enquadravam efetivamente na temática, a seleção prosseguiu através da análise do título e dos resumos constantes nas dissertações e teses obtidas.

Para complementar a amostra, recorreu-se ainda aos bancos de teses das IES indicadas pela Capes ou pelo Ibict, pois alguns trabalhos não se encontravam acessíveis nos *sites* dessas duas instituições. A seleção das pesquisas, nos bancos de teses, seguiu os mesmos procedimentos anteriormente descritos para o Ibict e Capes. O período privilegiado para análise foi de 1997 a 2007, em virtude da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em dezembro de 1996, que oficializou os mecanismos de avaliação da qualidade na Educação Superior.

Terminada a seleção, o material coletado, composto de 84 pesquisas, foi progressivamente organizado. Neste momento se privilegiou tanto os procedimentos quantitativos, utilizando-se a estatística descritiva, quanto os qualitativos, pela análise global dos dados (FLICK, 2004), identificando os temas tratados; metodologias

efetivadas; dimensão avaliativa analisada; tipo de análise proposta; ênfase quantitativa ou qualitativa; referências legais; críticas efetivadas e principais termos utilizados.

Para auxiliar na triangulação dos dados, foi realizado ainda um levantamento sobre os trabalhos apresentados anualmente, de 1996 a 2007, no GT de Política do Ensino Superior da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped) que versassem sobre avaliação institucional no Ensino Superior. A comparação com esta fonte objetivou evidenciar se o movimento observado nas teses e dissertações se expressava também em outros contextos relevantes para a composição do campo discursivo sobre a temática avaliativa em nosso país.

## 2. Resultados da pesquisa

Através do levantamento realizado junto aos bancos de dados da Capes, Ibtic e das IES, podemos perceber que o tema avaliação institucional apresenta uma produção considerável na pós-graduação brasileira, com destaque para os anos de 2004, 2006 e 2007, conforme a tabela 1, apresentada a seguir:

Tabela 1. Demonstrativo de dissertações e teses sobre avaliação institucional (Brasil: 1997 – 2007)

Curso	Ano											Total
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Teses	3	2	2	4	4	2	3	10	2	2	8	42
Dissertações	2	1	2	2	-	4	3	2	5	14	7	42
Total	5	3	4	6	4	6	6	12	7	16	15	84

Fonte: Ibtic, Capes, Unicamp, Ufsc, USP, UFGS, PUC/SP, UnB, junho de 2008.

A tabela demonstra que a distribuição entre teses e dissertações é equilibrada, sendo que apenas os anos de 2004 e 2006 apresentam uma diferença de produtividade maior. Em 2004, destaca-se a alta produção de teses em relação às dissertações, que se referem às análises sobre os efeitos das políticas do governo Fernando Henrique Cardoso e às expectativas em relação ao governo Lula da Silva, que assumiu em 2003.

Em 2006, as dissertações se destacam na abordagem do tema, apresentando pesquisas que monitoram o desenvolvimento das práticas de autoavaliação institucional, tanto as inspiradas no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), criado em 1993, quanto as já fundamentadas no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), instituído em 2004. A comparação do governo Lula da Silva com o de Fernando Henrique surge na pauta de discussão e

outros elementos passam a ser relacionados aos processos autoavaliativos, como a requalificação profissional e a formação continuada dos professores do Ensino Superior. Por fim, o ano de 2007 apresenta também uma alta produção sobre o tema, estando dividida de forma equilibrada entre teses e dissertações que se concentram nas análises da política avaliativa e das práticas de autoavaliação estimuladas pelo Sinaes.

Pela análise do material selecionado, observamos que as pesquisas sobre avaliação institucional não se limitam aos Programas de Pós-graduação em Educação, surgindo o tema como foco de interesse também em outras áreas do conhecimento, como pode ser observado na tabela 2, apresentada a seguir.

Tabela 2. Número e percentual, de dissertações e teses sobre avaliação institucional, por área do programa de pós-graduação (Brasil: 1997 – 2007)

Área de concentração do programa	n			%		
	D	T	D+T	D	T	D+T
Engenharia da produção	2	7	9	5	17	11
Administração	7	2	9	17	5	11
Educação	27	29	56	65	69	67
Sociologia e ciências sociais	1	2	3	2	5	4
Educação matemática	1	-	1	2	-	1
Enfermagem	1	-	1	2	-	1
Mestrado profissional	2	-	2	5	-	2
Turismo	1	-	1	2	-	1
Serviço Social	-	1	1	-	2	1
Linguística aplicada	-	1	1	-	2	1
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>84</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Legenda: D – dissertação; T – tese; D+T – soma de dissertações e teses  
 Fonte: Ibict, Capes, Unicamp, Ufsc, USP, UFGS, PUC/SP, UnB, junho de 2008.

Quantitativamente, a tabela 2 demonstra que os programas em Educação são os maiores produtores sobre o tema avaliativo, respondendo por 67% das teses e dissertações. Os cursos tradicionalmente relacionados aos processos produtivos, como o de Engenharia da Produção e Administração, representam 22% das pesquisas, sendo que, entre os dois, a Engenharia da Produção apresenta o maior número de teses. Os 11% restantes expressam a somatória de cursos de diversas áreas, como Enfermagem, Educação matemática, Serviço Social, Turismo e Linguística aplicada.

Os temas das pesquisas apresentadas nos programas de Engenharia da Produção e Administração versam, principalmente, sobre metodologias e indicadores de qualidade, possuindo análises centradas nos aspectos técnicos e estratégicos da avaliação institucional, tendo a abordagem quantitativa como principal metodologia

utilizada. Os programas que representam os 11% da produção apresentam temas ligados à qualidade dos cursos de graduação ofertados nas suas áreas do conhecimento e como a avaliação pode se constituir em elemento de crítica e proposição de caminhos que permitam ampliar a qualidade dos diferentes cursos de formação inicial, como são os casos das áreas de Enfermagem e Turismo. Ainda neste grupo, se observam pesquisas que analisam ou comparam os resultados quantitativos fornecidos por processos avaliativos externos, como Exame Nacional de Cursos (ENC), ou internos, como os autoavaliativos. Contudo, a complexidade formativa dos processos avaliativos, as implicações políticas, sociais, culturais e educativas só aparecem como elementos centrais na produção dos Programas de Pós-graduação em Educação.

Analisando a produção da área de Educação sobre avaliação institucional, quando distribuída por ano e nível, é possível perceber que, tal qual a tabela 1, se destacam os anos de 2004, 2006 e 2007 e que a distribuição entre teses e dissertações também é proporcional, apresentando uma pequena diferença a favor das teses como demonstra a tabela 3.

Tabela 3. Dissertações e teses sobre avaliação institucional apresentadas aos Programas de Pós-graduação em Educação no Brasil (1997 – 2007)

Curso	Ano											Total
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Teses	3	1	2	1	1	2	1	7	2	2	7	29
Dissertações	2	1	1	-	-	1	1	1	2	11	7	27
Total	5	2	3	1	1	3	2	8	4	13	14	56

Fonte: Ibict, Capes, Unicamp, Ufsc, USP, UFGS, PUC/SP, UnB, junho de 2008.

Comparando as tabelas 1 e 3 podemos perceber que a produção sobre avaliação institucional se concentra na Pós-graduação em Educação nos períodos de 97 a 99 e de 2004 a 2007, tendo por destaque o ano de 1997, no qual apenas a área de Educação apresentou produção sobre o tema, e os anos de 2006 e 2007, nos quais os trabalhos apresentados nos Programas de Educação representam praticamente toda a produção realizada. Em verdade, apenas no período de 2000 a 2003 a produção dos Programas de Educação é quantitativamente inferior à somatória da produção dos outros programas de pós-graduação, com destaque para o ano de 2000 que apresentou a maior ocorrência de pesquisas sobre avaliação institucional fora da área de Educação.

Em relação ao conteúdo, o ano de 1997, apenas com trabalhos da área de Educação, apresenta como foco as questões metodológicas. As discussões versam sobre a proposição de modelos avaliativos e o uso de procedimentos qualitativos ou

quantitativos. Um dos trabalhos sugere o uso de estratégias quantitativas que se adéquem à complexidade dos dados avaliativos. Outros quatro trabalhos defendem o uso de procedimentos qualitativos e participativos, tendo o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub) como referência. Contudo, seja defendendo os procedimentos qualitativos ou quantitativos, a visão de avaliação expressa nas pesquisas é similar, remetendo à noção de autoconhecimento institucional.

O ano de 2000, com a menor participação observada dos programas de Educação, apresenta principalmente trabalhos das áreas de Engenharia da Produção e Administração. A ênfase das pesquisas é sobre os aspectos técnicos e estratégicos da avaliação institucional e sua relação com a qualidade dos processos acadêmicos e gestão universitária. Os termos “efetividade” e “eficiência” são os mais recorrentes nos cinco trabalhos. Apenas uma pesquisa utiliza abordagem qualitativa por se apoiar nos indicadores propostos pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), as demais utilizam a abordagem quantitativa para fundamentar suas conclusões e recomendações. Um dos trabalhos utiliza inclusive o banco de dados do Exame Nacional de Cursos (ENC) para análise de eficiência. Diferente dos trabalhos do ano de 1997 a preocupação desse grupo de estudos é com a melhoria dos resultados acadêmicos, aproximando a visão avaliativa do viés produtivo.

O ano de 2004 marca a volta da área de Educação como principal produtora de teses e dissertações sobre avaliação institucional. As pesquisas apresentadas expressam um momento de reflexão e prospecção. Reflexão e balanço sobre a política avaliativa na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, sobre a presença e o enfoque da avaliação institucional nos periódicos de Educação e sobre o processo de formação da política avaliativa no Brasil nas décadas de 80 e 90. Reflexão ainda sobre as diferentes experiências de autoavaliação em andamento nas Instituições de Ensino Superior (IES), ainda referenciadas no Paiub. A prospecção encaminhava à análise preliminar do Sinaes e ao desejo de mudanças nas políticas avaliativas, que se traduz inclusive na grande utilização do termo “avaliação emancipatória”.

Em 2006, a produção na área de Educação ultrapassa a média dos anos anteriores, demonstrando que o tema avaliação institucional ampliou sua importância no cenário de pesquisa educacional brasileiro. As pesquisas da área educacional são em sua maioria estudos de processo com foco na graduação, versando sobre as experiências autoavaliativas em andamento nas IES (sob a inspiração do Paiub ou do Sinaes); a percepção docente em relação aos processos avaliativos da graduação; a utilização do

olhar do egresso na avaliação de cursos; a relação entre autoavaliação e formação continuada de professores e, por fim, a utilização da avaliação de cursos na construção do Projeto Político-pedagógico (PPP). Além destes, a graduação ainda é problematizada em uma pesquisa de impacto que avalia as repercussões do ENC. A produção de 2006 conta ainda com dois estudos comparativos e dois de meta-avaliação. Os estudos comparativos perguntam sobre as possíveis diferenças e afinidades entre a autoavaliação na rede pública e na particular, bem como entre as propostas avaliativas do governo Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. A tônica das pesquisas é sobre a necessidade da avaliação emancipatória e de processos participativos. Desta maneira, as análises se ampliam e diversificam, em paralelo à adoção de uma postura mais crítica e cética, do que a observada no ano de 2004, em relação à política avaliativa no governo Lula da Silva.

O ano de 2007 mantém a tendência do ano anterior de aumento na produção de pesquisa sobre avaliação institucional, tendo o Sinaes e seus desdobramentos como principal referência e objeto de análise. Tal qual 2006, a graduação surge como principal nível analisado, através de estudos sobre a percepção dos professores em relação aos processos avaliativos; do olhar dos egressos e da avaliação discente sobre o desempenho dos professores. Novos atores são incluídos e analisados, como os avaliadores externos, os coordenadores de Comissões Próprias de Avaliação (CPA) e os membros das Comissões Assessoras de Avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Destacam-se os estudos de impacto da autoavaliação na atuação docente e da política avaliativa nas IES. Outros dois trabalhos apresentam uma abordagem mais teórica da questão, problematizando os processos de regulação e mercantilização do Ensino Superior. Além desses, dois estudos comparativos integram a produção do ano em foco: um sobre a política avaliativa brasileira e a mexicana e, outro, sobre as experiências autoavaliativas em instituições públicas e privadas.

Pelo exposto, pode-se perceber que os trabalhos na área de Educação vêm progressivamente abrangendo diferentes questões e ângulos do processo de avaliação institucional, podendo, para fins didáticos, serem organizados a partir do foco de análise em quatro dimensões ou subtemáticas: autoavaliação, avaliação externa, política avaliativa e estado da arte; e em dois grandes campos: pesquisas de impacto e de processo. A divisão entre os dois campos citados é a mais reveladora do movimento de

apreensão teórica realizada pela área de pesquisa em avaliação institucional no Brasil e, por isso, esta divisão merece o olhar mais atento que passamos a realizar.

## **2.1. Pesquisas de processo e de impacto: definições e ocorrências nos trabalhos de pós-graduação em Educação sobre avaliação institucional no Brasil**

Pela análise das dissertações e teses selecionadas observou-se uma baixa ocorrência de pesquisas de impacto sobre avaliação institucional, pois a maioria se refere a investigações de processo. Antes de analisar tal situação é preciso estabelecer as diferenças entre os dois focos de pesquisa.

Assim, para Figueiredo; Figueiredo (1986) avaliar o processo significa investigar a eficácia da política, do programa ou projeto; se este está sendo ou foi executado de acordo com as diretrizes inicialmente planejadas e se atingirá ou atingiu as metas desejadas. Este tipo de estudo permite monitorar os processos fundamentais à realização dos objetivos desejados. Portanto, apesar de não medir ou indicar a natureza do impacto, as análises de processo permitem controlar com a devida antecipação o tamanho e a qualidade dos efeitos futuros.

A análise de impacto, por sua vez, não desconsiderando o processo, objetiva compreender o efeito que determinada política, programa ou projeto apresenta sobre a população-alvo, com a intenção de estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações observadas. Diferente das análises de processo que descrevem as tendências que a política desenha ou desenhou e as múltiplas mudanças ocorridas durante sua execução, sem necessariamente estabelecer elos de causalidade entre que mudanças foram diretamente resultantes da política, as análises de impacto possuem como foco as mudanças que ocorreram por causa da existência ou da participação da população-alvo na política específica. A metodologia deste tipo de pesquisa avaliativa pressupõe critérios de aferição de mudança e modelos analíticos causais, nos quais a política analisada possa ser considerada de sucesso quando se conclui ser esta a causa necessária ou suficiente de uma mudança observada. Isto significa que “a constatação de que ocorreram mudanças não é suficiente para concluir-se pelo sucesso do programa; é necessário demonstrar que elas não ocorreriam (total ou parcialmente) sem o programa” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 115). Por fim, uma mesma política pode causar três tipos de impactos: objetivos, gerando mudanças quantitativas nas

condições da população-alvo; subjetivos, alterando a percepção; e, finalmente, substantivos, mudando qualitativamente as condições de vida da população.

Ainda segundo Figueiredo; Figueiredo (1986) há um descompasso entre as proposições teóricas e as causais, ou seja, as mudanças anunciadas como esperadas e a verificação empírica se estas realmente ocorreram. Isto significa que as análises de impacto exigem que o pesquisador compreenda e enfrente as dificuldades de estabelecer relações causais entre o proposto e o efetivamente conseguido. As dificuldades surgem, por um lado, de dois fatores que não são controlados pelo pesquisador, no caso, a falta de definições operacionais claras dos objetivos do programa e a ausência de especificação dos critérios de sucesso, e, por outro, de mais dois fatores diretamente ligados à ação investigativa, como a falha na elaboração de indicadores para aferição do impacto e a desarticulação entre os indicadores propostos e a complexidade da política analisada.

A partir do exposto, podemos concluir tanto sobre a relevância quanto sobre o desafio de empreender uma pesquisa de impacto. Todavia, apesar do desafio, entendemos que este tipo de estudo é fundamental à compreensão empírica das mudanças que efetivamente nascem ou se nutrem dos esforços avaliativos. Contudo, o que a pesquisa nas teses e dissertações evidenciou é que este esforço compreensivo de causas e efeitos ainda está por ser realizado.

Desta forma, o que foi possível observar, a partir da produção da pós-graduação, é que teoricamente muito já se avançou em relação à problematização das políticas e práticas avaliativas no interior das universidades brasileiras; empiricamente, do mesmo modo, muito já se caminhou na compreensão das práticas avaliativas realizadas nas diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), mas pouco se problematizou e se problematiza sobre os impactos empíricos que estes processos estão gerando. Esta situação se agrava quando se busca especificamente a produção de pesquisas de impacto comparativas, desvelando que apesar da significativa produção sobre avaliação institucional, sobretudo a partir de 1996 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que oficializou os processos avaliativos voltados às instituições e cursos superiores, existem áreas e problemas ainda pouco discutidos, apesar de se constituírem como fundamentais à análise política sobre avaliação, como é o caso do impacto dos diferentes processos avaliativos.

Esta conclusão pode ser ratificada pela tabela 4, que apresenta as dissertações e teses distribuídas por tipo de análise realizada. Como se pode observar na tabela 4,

apresentada a seguir, a autoavaliação é a principal preocupação investigativa dos estudos analisados, correspondendo a 77% do total de trabalhos apresentados; nestes, a distribuição é equilibrada entre dissertações e teses, apresentando uma pequena diferença a favor das teses. A política avaliativa surge em segundo lugar na produção temática e representa 13%, seguida dos estudos de avaliação externa, com 6% dos trabalhos. O estado da arte apresenta o menor número de pesquisas, apenas 4% no total dos estudos selecionados para amostra. O acúmulo de pesquisa em autoavaliação se justifica, entre outros fatores, porque os alunos-pesquisadores dos cursos de Pós-graduação em Educação tendem a utilizar como campo investigativo suas instituições de origem ou as IES que abrigam o programa que estão cursando, assumindo o compromisso com o autodesenvolvimento institucional.

Tabela 4. Distribuição em número e percentual de dissertações e teses sobre avaliação institucional apresentadas aos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, por tipo e dimensão analisada (1997 – 2007)

Tipo de análise	Dimensão analisada: valor observado e percentual								Total por tipo de análise	
	Autoavaliação		Avaliação externa		Política avaliativa		Estado da arte			
	D	T	D	T	D	T	D	T		
Propositiva	n	1	14	-	-	-	-	-	-	15
	%	2%	24%	-	-	-	-	-	-	26%
Análise de Processo	n	17	6	-	1	-	1	1	1	27
	%	29%	11%	-	2%	-	2%	2%	2%	48%
Análise de Impacto	n	1	3	2	-	-	1	-	-	7
	%	2%	5%	4%	-	-	2%	-	-	13%
Comparativa de processo	n	2	-	-	-	3	2	-	-	7
	%	4%	-	-	-	5%	4%	-	-	13%
Total	n	21	23	2	1	3	4	1	1	56
	%	37%	40%	4%	2%	5%	8%	2%	2%	100%

Legenda: D – dissertação; T – tese.

Fonte: Ibict, Capes, Unicamp, Ufsc, USP, UFGS, PUC/SP, UnB, junho de 2008.

Outra informação que a tabela 4 deixa perceber é a baixa ocorrência de estudos de impacto entre as pesquisas sobre autoavaliação, pois estes representam apenas 7% do total de pesquisas selecionadas. No que se refere apenas às pesquisas sobre autoavaliação, com 44 trabalhos, os estudos de impacto, representados por 4 pesquisas, constituem apenas 9% das investigações. Aliás, a distribuição por tipo de análise demonstra que a maioria das pesquisas, no caso 48%, se constitui em análise de processo, cuja relevância se afirma por contribuírem para ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento e a qualidade das experiências autoavaliativas em andamento; pelo

monitoramento do sentido dos mecanismos de avaliação externa, pela reflexão sobre a forma das políticas avaliativas e por permitirem uma autorreflexão teórica ao demonstrar como a área de Educação vem produzindo seus consensos sobre o tema e construindo o chamado “estado da arte”. Contudo, apesar da relevância, a concentração nos estudos de processo deixa perceber a necessidade de análises sobre o impacto efetivo das diferentes dimensões da avaliação institucional.

A importância dos estudos de impacto se justifica ainda mais quando se compreende que as pesquisas propositivas e comparativas não deixam de ser também análise de processo. No caso das pesquisas propositivas essas representam os estudos nos quais o pesquisador possui papel decisivo no planejamento e/ou na execução das atividades avaliativas, logo descrevendo processos, porém com a diferença fundamental de que o pesquisador se constitui também como um dos atores-sujeitos da investigação, possuindo capacidade de, a partir das próprias conclusões do estudo, propor e testar melhorias. Este tipo de análise aparece principalmente nas teses e utiliza princípios de pesquisa participante, pesquisa-ação ou, em estudos apenas teóricos, da epistemologia e da sociologia crítica, e desvela os compromissos da área de Educação em não apenas compreender, como também de propor mecanismos a partir dos aportes teóricos emancipatórios. Em relação aos estudos comparativos que integram a tabela 4, estes dizem respeito à análise comparativa de processos, sejam esses de autoavaliação (comparando rede pública e privada) ou política avaliativa (analisando sistemas avaliativos de nações diferentes ou comparando diferentes propostas avaliativas, como ENC, Paiub e Sinaes).

É importante considerar ainda que entre os poucos estudos de impacto, no total de 7, a maioria, no caso 4, versa sobre os impactos na graduação, o que desvela o impacto da avaliação externa e da própria política avaliativa nas IES como um espaço ainda mais carente de estudo.

A carência de estudos de impacto pode ainda ser notada quando se observa os trabalhos apresentados, nos últimos 11 anos, nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), mais especificamente no Grupo de Trabalho (GT) de Política de Educação Superior, pois também neste espaço, fundamental ao debate coletivo da área de Educação, os estudos de impacto se encontram pouco presentes, evidenciando uma lacuna a ser enfrentada pelos interessados na temática em foco.

Pelo levantamento, realizado no *site* da Anped e do GT de Educação Superior, observou-se a ocorrência de 22 trabalhos apresentados entre 1996 e 2007 que versam sobre avaliação institucional, sendo que no período de 2000 a 2003 se encontram as maiores frequências, conforme a tabela 5, apresentada a seguir.

Tabela 5. Trabalhos sobre avaliação institucional nos encontros anuais da Anped (GT 11: Política de Educação Superior – 1996 a 2007)

Curso	Ano												Total
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
n	1	-	1	1	5	3	4	3	1	1	1	1	22

Fonte: *Site* da Anped e do GT 11 – Política de Educação Superior, junho de 2008.

A análise dos 22 trabalhos apresentados, de 1996 a 2007 nos encontros da Anped, permitiu concluir pela predominância de estudos de processos, repetindo o resultado observado na produção dos Programas de Pós-graduação em Educação. A tabela 6 ratifica o exposto.

Tabela 6. Número e Percentual de trabalhos sobre avaliação institucional nos encontros anuais da Anped, por tipo e dimensão analisada (GT 11: Política de Educação Superior – 1996 a 2007)

Tipo de análise	Dimensão analisada n e %				Total tipo de análise
	Auto-avaliação	Avaliação externa	Política avaliativa	Estado da arte	
Propositiva	1 (5%)	-	-	-	1 (5%)
Análise de Processo	2 (9%)	3 (14%)	5 (23%)	2 (9%)	12 (55%)
Análise de Impacto	2 (9%)	2 (9%)	1 (5%)	-	5 (23%)
Análise Comparativa	-	-	4 (18%)	-	4 (18%)
Total por dimensão	5 (23%)	5 (23%)	10 (45%)	2 (9%)	22 (100%)

Fonte: *Site* da Anped e do GT 11 - Política de Educação Superior, junho de 2008.

Assim, a tabela 6 demonstra que as análises de processos representam mais de 50% dos trabalhos apresentados e, em segundo lugar, as pesquisas de impacto com 23% das ocorrências. Somadas as pesquisas propositivas e as comparativas, pois, conforme já dito, representam também estudos de processo, o percentual deste tipo de pesquisa sobe para 77%. Desta forma, a situação evidenciada pela produção acadêmica dos programas selecionados encontra respaldo no principal meio de divulgação das

pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação, permitindo inferir sobre a validade da classificação aqui proposta.

Em relação ao conteúdo, cinco dos 22 trabalhos apresentados na Anped representam a socialização de pesquisas já incluídas na seleção de teses e dissertações. Diferente do observado na pós-graduação, a dimensão mais analisada nos artigos do evento refere-se à política avaliativa, com 45% das apresentações, com ênfase na análise de processo a partir de uma abordagem histórica (constituição da política) e o acompanhamento da execução dos procedimentos avaliativos, previstos em lei, nas IES. A avaliação externa também assume um percentual maior do que o observado nas teses e dissertações, no caso, 23% e representam estudos sobre os resultados desses processos, seus indicadores e o impacto deste formato avaliativo nos cursos de graduação. Ainda diferente do observado na seleção de trabalhos da pós-graduação, a autoavaliação representa apenas 23% das apresentações realizadas sobre avaliação institucional no GT 11.

Pelo exposto, pode-se inferir que os trabalhos apresentados nos encontros anuais da Anped sobre avaliação institucional seguem a tendência da área que privilegia o acompanhamento de processos. Todavia, a distribuição entre as dimensões de análise apresenta diferenças marcantes entre a produção da pós-graduação e os trabalhos expostos na Anped, porquanto nas teses e dissertações há o predomínio da dimensão autoavaliativa e nos encontros da associação a ênfase recai sobre a compreensão da política avaliativa voltada ao Ensino superior.

### **3. Conclusões**

Como demonstra Mancebo (2001) o tema avaliação institucional na Educação Superior possui alta produção em solo brasileiro, expressa através de periódicos, livros, teses e dissertações. A forma desta produção assume característica de acompanhamento das políticas voltadas ao Ensino Superior, se constituindo em importante mecanismo de monitoramento dos profissionais da educação sobre os sentidos que o Estado brasileiro vem imprimindo em suas ações de modernização do aparato burocrático, permitindo desvelar que o tom otimista com o qual a reforma foi apregoada (cf. PEREIRA; GRAU, 1999) escondia seus princípios neoliberais e conservadores.

Contudo, apesar desta expressiva produção, a pesquisa nas teses e dissertações dos programas de Pós-graduação desvelou a existência de áreas e questões de pesquisa

ainda pouco problematizadas e que são fundamentais ao avanço reflexivo sobre as políticas avaliativas. A título de resumo, a pesquisa citada concluiu pela existência de:

- Delimitação dos estudos das políticas e práticas avaliativas aos cursos de graduação, evidenciando lacunas de pesquisas sobre os formatos avaliativos utilizados na pós-graduação;
- Predominância de estudos de processos, sobretudo no subtema autoavaliação institucional, desvelando carência de estudos de impacto em seus diferentes ângulos, no caso, impactos da autoavaliação, da avaliação externa, das políticas avaliativas sobre cursos, IES, sistemas de ensino etc.
- Baixa ocorrência de estudos comparativos quer sejam de impacto ou de processo, desvelando a necessidade de mais pesquisas que evidenciem como os diferentes cursos, IES ou redes – pública e privada – percebem e se articulam aos procedimentos ou resultados avaliativos – internos ou externos;
- Em que pesem todas as críticas da área de Educação sobre as práticas e políticas de avaliação externas das IES, observa-se um número ínfimo de dissertações e teses sobre este subtema nos programas de Pós-graduação em Educação;
- A política avaliativa também surge como área temática ainda pouco explorada. Os raros trabalhos, em sua maioria teses, apreendem a política de avaliação brasileira a partir de seus desdobramentos econômicos e sociais, dos impactos sobre as IES e pela comparação com sistemas de ensino de outras nações;
- O estado da arte apresenta a menor produção encontrada, tendo por a ênfase a análise de periódicos, evidenciando um subtema que convida à criatividade investigativa;
- No subtema autoavaliação falta ampliar as pesquisas sobre o impacto desses procedimentos no cotidiano das IES, em suas diferentes atividades (ensino, pesquisa, extensão, gestão de pessoal etc) e estudos comparativos entre cursos, IES e redes – públicas e particulares – principalmente sobre o efeito das práticas autoavaliativas.

Antes de concluirmos, é importante ponderar sobre as dificuldades práticas colocadas a realização de pesquisas de impacto em avaliação institucional. Dois fatores podem ser levantados para explicar alguns obstáculos que devem ser considerados. O primeiro diz respeito as dificuldade de estabelecer nexos causais entre as políticas de avaliação e as modificações delas decorrentes pela falta de continuidade das práticas e

mecanismos avaliativos, pois as políticas de avaliação do Ensino Superior no Brasil se, por um lado, assumem uma face de política de Estado, ao figurarem no cenário político a mais de três décadas, por outro, a forma, os valores e os princípios desta avaliação surgem como políticas de governo. Outra dificuldade refere-se à multiplicidade de fatores que se relacionam as práticas avaliativas, como o currículo, o financiamento, as pressões do mercado de trabalho etc, dificultando separá-las e estudar o peso da avaliação – interna ou externa – na redefinição dos contextos institucionais.

Por fim, é importante ressaltar que as pesquisas em avaliação institucional vêm ampliando consideravelmente a abrangência e complexidade de seu objeto investigativo e que os resultados aqui apresentados objetivaram dar visibilidade a este esforço dos pesquisadores em educação ao mesmo tempo em que convida a pensar e a trilhar novos horizontes investigativos, pois vale o ensinamento da canção de Milton nascimento e Wagner Tiso “Se muito vale o já feito,/ mas vale o que será/ E o que foi feito é preciso /conhecer para melhor prosseguir/ Falo assim sem tristeza, /falo por acreditar/ Que é cobrando o que fomos/ que nós iremos crescer”.

#### **4. Referências bibliográficas**

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: Políticas educacionais e Reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

FIGUEIREDO; Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. In: Revista Análise e Conjuntura. Belo Horizonte: [S. n.], V.1, nº 3, p. 107-127, set/dez, 1986.

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MANCEBO, Deise. Avaliação na Educação Superior, Estado e Produção de Subjetividades. In: 24ª Reunião Anual da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em educação (Anped). Anais do evento. Caxambu: Anped, 2001.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: O público não-estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: FGV, 1999.